

# Conversando com o Director do CEFOPNA

Luísa Abreu e Silva  
*CEFOPNA*

## 1. Professor Francisco Simão, o que é, afinal, o CEFOPNA?

Institucionalmente, o CEFOPNA é um Centro de Formação de Associação de Escolas, um CFAE, tal como é definido no Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores, resultando da associação das escolas e agrupamentos de escolas da rede pública, de 6 concelhos do Alto Alentejo – Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão e Portalegre.

De um outro ponto de vista, eu vejo-o como uma valência de apoio às escolas, sobretudo tendo em vista a promoção, dinamização e facilitação de actividades de índole formativa, mas não só. Gostaria que fosse encarado pelas escolas como uma referência para a facilitação e desenvolvimento de projectos, como fonte de informação e formação, como parceiro na construção dos territórios pedagógicos e dos respectivos projectos educativos. E, naturalmente, como a entidade formadora por excelência, no âmbito das necessidades contextuais de cada agente educativo e de cada escola e agrupamento.

## 2. Ao longo dos tempos, o CEFOPNA tem vindo, visivelmente, a ganhar um espaço próprio no panorama educativo regional. É uma conquista da equipa do CEFOPNA ou uma consequência das normas impostas pelo Ministério da Educação aos professores?

O Ministério da Educação não impõe o que quer que seja em termos de vincular os professores à formação de uma única entidade formadora. Aliás, como é bem sabido, os professores fazem a formação

junto de várias entidades que têm oferta formativa, sejam instituições de ensino superior, sindicatos ou associações profissionais. Desde que sejam entidades formadoras certificadas pelo CCPFC, e que a formação e o formador também sejam acreditados pelo CCPFC, toda a formação tem o mesmo valor e releva para avaliação de desempenho e progressão na carreira, e os professores podem frequentar onde mais lhes interesse ou desejem. Quanto ao facto de o CEFOPNA vir a ganhar um espaço próprio, agrada-me pensar que tem mais a ver com as nossas próprias dinâmicas e actividade relevante para as escolas e agentes educativos. Temos um carácter e uma cultura próprias no entendimento que fazemos do serviço que é nossa obrigação prestar à comunidade educativa. E gosto de pensar que o que fazemos, fazemos bem e com o único propósito de contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos agentes educativos. Temos vindo a ganhar um espaço que é nosso, e acho que por mérito próprio – que me perdoem a imodéstia! E talvez seja por isso que hoje em dia o CEFOPNA é uma referência que todos conhecem e sabem o que significa na comunidade educativa.

## 3. O interesse dos diferentes agentes educativos na Formação tem vindo a crescer ou, pelo contrário, a decrescer?

É difícil dizer... ou definir... Parece-me que a motivação para a formação contínua difere muito de agente para agente. E tem muito a ver com o interesse intrínseco que a formação pode ter em si mesma para cada docente, com a necessidade (em termos de progressão ou avaliação de desempenho)

que o docente tem de fazer a formação, ou mesmo com a predisposição e abertura que o docente tem para fazer essa mesma formação.

Naturalmente que vai haver sempre quem não lhe agrade nunca fazer a formação, e quem ache que a oferta é sempre pouca ou menos que o desejado. E também quando falamos de programas lançados pelo ME há sempre alguma reacção menos positiva – é a imposição supostamente “exterior”! - e nos últimos anos tem acontecido bastante e nalguns casos em contextos bastante difíceis, como foi o caso da formação para a avaliação de desempenho, a ADD. O que é verdade é que, apesar do contexto adverso e do estado de espírito em que nos encontrávamos todos nessa altura, foram tratados e reflectidos conteúdos muito relevantes e importantes em termos deontológicos e profissionais, que raramente tinham sido objecto de formação contínua. Actualmente desenvolvemos a formação de nível 2 do Plano Tecnológico da Educação, também um programa institucional, o que por vezes suscita algumas reacções menos favoráveis. Por outro lado, estamos a fazer um Workshop sobre os novos programas de Matemática no 1º CEB que suscitou um enorme interesse e adesão entre os professores, e, apesar de não ser financiado nem serem asseguradas deslocações, temos docentes de Elvas, de Arronches, de Campo Maior, a deslocarem-se às suas custas, para o frequentarem, e muitos outros que não puderam apesar de o desejarem muito...

Como é que poderemos aferir e quantificar o interesse dos professores pela formação contínua?... Depende muito da formação de que estamos a falar. Parece-me que, se essa formação fizer sentido e for relevante para os profissionais, eles irão aderir com o maior entusiasmo. E, contudo, haverá sempre quem tenha uma boa desculpa para estar indisponível! E haverá sempre quem ache que está a ser obrigado a fazer coisas que não lhe interessam...

#### **4. Como pensa que, hoje, a maioria dos professores encara a obrigatoriedade da Formação?**

Como uma inevitabilidade... como um fatalismo... mas não podemos descontextualizar a formação de todo o restante enquadramento da carreira docente, nomeadamente no que se refere a progressão e avaliação de desempenho, e parece-me que é sobretudo do desencanto trazido pelas alterações recentes que decorre a forma como a Formação Contínua é encarada por muitos docentes. Não pela formação em si, porque, quanto a isso, os professores sabem como a formação é relevante e estruturante para a carreira e formação profissional e pessoal. Apenas, muitas vezes, desejariam ver essa mesma formação enquadrada numa outra escala de valores e de necessidades, menos relacionadas com a avaliação e com a progressão.

De qualquer forma, a formação contínua de docentes desenvolve-se em três níveis de intervenção: o nível institucional, em que essa formação deve servir o propósito do desenvolvimento do sistema, em que o ME define as suas prioridades e objectivos e assegura os meios para concretizar esses objectivos; o nível de escola/agrupamento de escolas, em que a formação contínua deverá ir de encontro às necessidades definidas a nível do projecto educativo de cada escola, deverá ir de encontro à supressão das suas debilidades e necessidades, à superação dos seus handicaps, como resposta contextualizada e singular para cada território educativo; e o nível individual, que deverá servir os objectivos de desenvolvimento pessoal e profissional definido por cada agente educativo para o seu percurso, de acordo com os seus desejos e anseios deontológicos éticos e profissionais.

Estamos num percurso de crescimento, os agentes educativos e os CFAE, e a formação contínua não pode ser o xarope que todos temos que enfiar para prevenir a gripe ou curar a dor de barriga... a formação contínua tem que ser uma necessidade sentida pelas escolas e pelos profissionais, e

organizar-se de forma a dar uma resposta adequada numa e noutra dimensão, sem perder de vista também a dimensão do sistema público de educação.

Mas é evidente que haverá sempre quem a vai achar uma inevitabilidade.. um fatalismo, talvez mesmo inútil e vazio... Eu diria que essa é uma resposta que todos temos que encontrar.

**5. Nos últimos tempos temos assistido a um visível descontentamento dos docentes face à tutela. Pensa que, de alguma forma, esse descontentamento se reflecte na Formação?**

Reflecte-se na Formação e em tudo o resto – nos níveis de motivação e satisfação, na atitude com que encaramos a actividade escolar, na disponibilidade para a escola e tudo o que se relacione com ela... enfim, se as condições da profissão não nos satisfazem, se nos sentimos defraudados em relação às expectativas de carreira que tínhamos, se sentimos que a escola não corresponde à nossa expectativa do que deveria ser, naturalmente que esse descontentamento se vai reflectir em tudo o que com ela se relacione... e a formação, seja qual for o ângulo com que a abordarmos, é sempre uma actividade que surge como prolongamento de um dia de trabalho, depois das 17.30 h, cansados e exauridos, ou, pior ainda, como uma actividade que vem estragar um fim-de-semana que é tempo que deveria ser só nosso, ocupando o sábado todo... é muito fácil fazer a formação “pagar as favas”, mas os motivos de insatisfação e descontentamento são bem mais profundos e enraizados noutros problemas que não a formação contínua por si só!

**6. De acordo com alguns teóricos, a crise é inerente à Escola porque os professores, educados sempre no passado, não conhecem o futuro e estão, eles mesmos, num processo de adaptação ao presente. Como comenta esta ideia?**

Eu diria que é um chavão... que como todos os chavões, pode ou não ser verdade, mas que em si mesmo não é um axioma. A

crise na escola, quando existe, acredito que é mais o reflexo de uma crise que é transversal a todas as instituições e à sociedade em geral. Os professores são profissionais como os outros, mas talvez com um sentido mais apurado da necessidade de estar sintonizado com o próprio tempo, de ser actual! É uma idiossincrasia da própria profissão. As dinâmicas das sociedades são complexas para todos, e, bem vistas as coisas, a expressão seria aplicável a quase toda a gente: todos somos educados no passado, desconhecemos o futuro e vivemos num processo constante de adaptação ao presente! Dá vontade de dizer que será do equilíbrio dialéctico que conseguirmos alcançar nesse processo, que construiremos a nossa felicidade!...

**7. Com a entrada das autarquias na gestão de recursos nas Escolas, surgiram maiores dificuldades na formação do pessoal não docente?**

A formação de pessoal não docente sempre foi um “parceiro menor” na formação contínua dos agentes educativos e onde o investimento, salvo honrosas excepções, devidamente contextualizadas, foi sempre muito mais limitado.

No entanto, ao longo dos quadros comunitários de apoio que enquadraram o FOCO, num primeiro momento, e depois o PRODEP, sempre foi sendo assegurada alguma formação para estes profissionais. No entanto, os recursos financeiros disponíveis têm vindo a diminuir e, conseqüentemente, a carga formativa do pessoal não docente também tem vindo a diminuir.

A transição de competência para as autarquias não tem necessariamente conseqüências a esse nível. Aliás, se procurarmos no site da Associação de Municípios, a oferta de formação para esses profissionais é imensa. Parece-me bem mais determinante nesse campo a atitude e a compreensão que os responsáveis têm para com a necessidade de formar esses profissionais, em particular os assistentes operacionais, e é aí que reside o problema...

No que se refere ao pessoal administrativo naturalmente que a questão é também extremamente preocupante, pois a legislação em muitos aspectos tem vindo a sofrer profundas alterações, a nível de finanças públicas, carreiras, avaliação de desempenho e outras áreas, e a formação necessária para actualizar os profissionais praticamente não tem existido ou tem sido incipiente, quer a nível da oferta da Administração Central quer a nível da oferta da Administração Local. Em parte isso deve-se ao limbo em que os funcionários estão, mas numa boa parte são questões de ordem financeira que determinam esta situação.

### **8. Diz-se, ouve-se por aí, que a formação deixou de dar créditos e passou a funcionar a crédito. É assim?**

Não percebo bem o sentido da questão: na verdade a palavra créditos já não se encontra no ECD, e o que está estipulado é que o docente deve ter uma média de 25 horas/ano de formação, para efeitos de avaliação de desempenho e progressão na carreira, dos quais dois terços devem ser na área didáctico-científica do docente. E como é obrigação da entidade empregadora - o ME - facultar gratuitamente a formação aos seus agentes, os docentes não têm que pagar por essa formação. Como tal também não precisam de crédito!

Se o sentido é que há pouco financiamento para a formação, então tenho que admitir que sim, mas esse é um problema transversal a todas as actividades públicas, seja a Saúde, seja a Educação. É verdade que há menos dinheiro disponível, mas isso só nos obriga a ser mais rigorosos com os recursos de que dispomos e a empregá-los melhor e sem desperdícios. Esperemos que os tempos que vivemos tenham esse condão, de fazer de nós melhor gestores dos recursos de que podemos dispor e que isso se reflecta no nosso futuro de uma forma profícua e positiva.

### **9. O CEFOPNA surge, agora, com uma publicação on-line. Porquê agora?**

Agora, porque agora, finalmente, parece-me que temos condições para isso. Mas é um sonho (ou um desejo) muito antigo. Sempre

me pareceu que faz parte da natureza de uma entidade formadora essa vertente informativa e de divulgação de práticas, reflexão e construção de comunidades educativas e pedagógicas através de publicações regulares. Por outro lado, é uma forma de agregar os elementos dessa mesma comunidade num projecto comum e alargado de construção de identidade em torno do Centro de Formação. Afinal, estamos a falar de um Centro que existe em função duma Associação de Escolas. E a palavra-chave é mesmo essa: uma associação de escolas.

A publicação é, ou melhor, deve ser a expressão da identidade dessa associação, em termos de espelho do que é a realidade de cada componente, de cada escola, de cada agrupamento, do que se faz de bom, as boas práticas, os projectos, os desejos. Mas também os problemas, as dificuldades, as dúvidas... os equívocos. E, claro, a reflexão e as ideias sobre a Educação, a Pedagogia, a Didáctica, a Deontologia Profissional, as inovações científicas...

Agora?!... E porque não agora?... Parece-me que é o tempo e que temos as condições para o fazer, todos em conjunto, as escolas, os agrupamentos e o centro...

### **10. O que espera desta publicação?**

Não sei se será sonhar muito alto, mas gostava que ela se transformasse numa referência para os nossos professores e para os nossos funcionários. Um fórum de partilha, uma paragem regular e obrigatória nas nossas navegações na Internet. Mas, sobretudo, uma referência na Comunidade Educativa... em todos os sentidos!

### **11. Quais os grandes objectivos do CEFOPNA para o ano de 2011?**

O ano de 2011 anuncia-se um ano difícil, em muitos sentidos! Ainda assim há muito que depende da nossa vontade, do nosso querer. E aprendi com o tempo que há sempre mais que uma maneira de conseguir construir o que queremos. É uma questão de imaginação e querer. Por isso, queremos continuar a crescer na relação com as nossas escolas e agrupamentos, sermos, cada vez

mais, parte integrante desta comunidade alargada que constitui o CEFOPNA, e que são todas as escolas e agrupamentos, agentes educativos, alunos e pais destas 12 escolas e agrupamentos do Norte Alentejano. Queremos proporcionar, dinamizar, promover e facilitar, no máximo da nossa capacidade, actividades de índole formativa para todos os agentes educativos da nossa comunidade. Actividades que sejam relevantes e enriquecedoras para todos e que sustentem as aprendizagens dos nossos alunos, promovendo um sucesso alargado, não só através dos conhecimentos que são adquiridos mas, também, através de valores e de formação promotores da cidadania e estruturantes do carácter e da personalidade dos nossos alunos.

E, claro, também queremos que esta publicação se consagre como o fórum dos professores desta comunidade!

## **12. Se pudesse, o que alteraria imediatamente no CEFOPNA?**

Não sei exactamente o que faria imediatamente... tenho uma cultura muito própria de gradualismo e paciência nas mudanças. Precisava de mais recursos humanos disponíveis a tempo inteiro; diversificados nas competências e com capacidade para exercer a função de formador em várias áreas; precisava de uma maior mobilidade e mais apoio administrativo... mas desconfio que quanto mais me derem mais eu vou, em pouco tempo, dizer que preciso... por isso parece-me que o melhor é dizer que trabalhamos e trabalharemos com o que temos e rentabilizamos o máximo possível aquilo de que dispomos, mas iremos sempre dizer que precisamos de mais, porque quanto mais tivermos mais teremos possibilidade de fazer e mais obrigação teremos de o fazer!